

João Bruno de Camargo Secretário Leitorado
Publicado e registrado no Secreta-
ria Municipal na mesma data supra
João Bruno de Camargo - Secretário Leitorado

Lei nº 932 de 30 de Junho de 1955
Que dispõe sobre concessão
de auxílio de Cr\$ 5.000,00 à 6ª ex-
posição de tomate.

Orestes Romão, Prefeito Municipal
de Piedade, usando das atribuições que
lhes são conferidos por lei:

Faço saber que a Câmara Municipal
decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º - Fica a Prefeitura Municipal,
autorizada a conceder a importância
de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) à
associação Japonesa do Distrito de Ia-
pirói, patrocinadora da 6ª Exposição
do tomate, a título de auxílio para ocorrer
às despesas verificadas com a mesma.

Artº 2º - Fica aberto no Contadoria
Municipal, um crédito especial de
Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para
execução do artigo anterior.

§ único - O valor do presente crédito,
será coberto com os recursos provenientes
do excesso de arrecadação já prevista no
corrente exercício.

Artº 3º - Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogados
as disposições em contrário.

Que

Prefeitura Municipal de Piedade em
30 de Junho de 1955

~~Antes~~ ~~Secretaria~~ Prefeito Municipal
João Bressan de Camargo - Secretário Contador
Publicada e registrada na Secretaria Mun-
icipal ao mesmo dato supra.

João Bressan de Camargo - Secretário Contador

Lei nº 133 de 30 de Junho de 1955

Que dispõe sobre criação de
duas escolas rurais mistas mun-
cipais

Orestes Romano, Prefeito Municipal
de Piedade, usando das atribuições
que lhes são conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Muni-
cipal decretou e eu promulgo a seguinte
Lei:

Artº 1º - Ficam criadas duas esco-
las mistas municipais, a partir de 16
de Março do corrente ano, sem onus à
Municipalidade até a presente data,
que serão localizados pela Prefeitura de
acordo com as conveniências do ensino
primário, e organizados e fiscalizados
nos moldes das Leis Estaduais respectivas.

Artº 2º - Os cargos dos respectivos pro-
fessores que também ficam criados, te-
rão os vencimentos anuais de Cr\$ 21.000,00
(vinte e um mil cruzeiros) e serão pro-
vidos de acordo com as Leis do Estado,
que regulam o ensino primário.

Artº 3º - As despesas com a execução